



SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA/ES

[...] com regular a propriedade de dados? Essa talvez seja a questão política mais importante da nossa era. Se não formos capazes de responder a essa pergunta logo, nosso sistema sociopolítico pode entrar em colapso. (Yuval Noah Harari)

TENDO EM VISTA: o art. 5º, incs. X e LXXIX, da CRFB/88; os arts. 41 e 48 da Lei nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

CONSIDERANDO:

Que a atuação do Encarregado da Proteção de Dados (EPD) reforça a responsabilidade da organização em adotar práticas de tratamento de dados que estejam em conformidade com a legislação, promovendo uma cultura de proteção de dados.

Que o Encarregado da Proteção de Dados (EPD) é responsável por monitorar a conformidade da organização com a LGPD, promovendo práticas adequadas de proteção de dados.

Que o Encarregado da Proteção de Dados (EPD) é responsável pela identificação e gestão de riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Que o Encarregado da Proteção de Dados (EPD) deve assegurar que os direitos dos titulares previstos na LGPD, como acesso, correção, eliminação e portabilidade dos dados, sejam respeitados.

O ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS (EPD) DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA/ES, em pleno exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), vem, perante Vossa Excelência, apresentar:

RELATÓRIO DE FEEDBACK Nº 09/EPD/CMCB/2025

relativo ao mês de **outubro/2025**, que serve como um instrumento de transparência e responsabilidade, demonstrando o compromisso do Encarregado da Proteção de dados (EPD), e da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES, com a proteção dos dados pessoais, o cumprimento das normas legais vigentes e a prestação de contas.¹

1. DA IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO

Na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os agentes de tratamento de dados são definidos em dois papéis principais: o **Controlador** e o **Operador**. A definição clara dos papéis de Controlador e Operador é crucial para a responsabilização em casos de violação da LGPD. Em caso de dados pessoais serem tratados de forma inadequada ou vazados, tanto o Controlador quanto o Operador podem ser responsabilizados, mas a responsabilidade específica poderá variar conforme as funções que cada um desempenha no processo.

¹ A prestação de contas através de relatórios detalhados permite que o Encarregado da Proteção de dados (EPD) mostre aos cidadãos, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a outras partes interessadas que está adotando as medidas necessárias para garantir a proteção dos dados pessoais sob a custódia da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA – ES
Palácio Humberto de Oliveira Serra – Plenário Arthur Mendes de Souza
Encarregado da Proteção de Dados (EPD)

Os agentes de tratamento de dados são fundamentais para a estrutura de governança da proteção de dados pessoais, garantindo que as normas e direitos estabelecidos pela LGPD sejam respeitados na coleta, armazenamento e utilização de dados pessoais.

| Identificação dos Agentes de Tratamento e do Encarregado | |
|---|--|
| Controlador | Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES |
| Operador(a) | Pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado, que realizarem operações de tratamento de dados pessoais em nome do Controlador. |
| Encarregado(a) | Clemilditon Alves de Oliveira |
| Endereço do Controlador | Rua Getulio da Silva Guanandy, nº 01, Centro, Conceição da Barra/ES, CEP: 29960-000 |
| Contato | ouvidoria@conceicaodabarra.es.leg.br |
| Informações sobre a LGPD | https://cmconceicaodabarra-es.portaltp.com.br/ |
| Conforme a Lei 13.709/ 2018, art. 7º, III, a Administração Pública pode efetuar o tratamento de dados pessoais no exercício de suas competências legais ou execução de políticas públicas para entrega de serviços públicos e nesses casos não precisará colher o consentimento do titular dos dados, mas, necessariamente, será obrigada a informar a finalidade e a forma como o dado será tratado. | |

O Encarregado da Proteção de Dados (EPD) é responsável por monitorar a conformidade da organização com a LGPD, promovendo práticas adequadas de proteção de dados. Ele deve assegurar que os direitos dos titulares previstos na LGPD, como acesso, correção, eliminação e portabilidade dos dados, sejam respeitados.

2. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

A **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 2018)** dispõe sobre o tratamento de dados pessoais das pessoas naturais, definindo as hipóteses em que tais dados podem legitimamente ser utilizados por terceiros e estabelecendo mecanismos para proteger os titulares dos dados contra usos inadequados. Tarcísio Teixeira e Ruth Maria Guerreiro da Fonseca Amelin (2020, p. 12) destacam que:

Com a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n. 13.709/2018, o Brasil inaugura o que se pode denominar de “sistema protetivo dos dados pessoais”. Essa lei deve ser entendida como tal, pois estabelece princípios que devem nortear a coleta, o compartilhamento e o tratamento dos dados pessoais, direitos básicos dos titulares dos dados pessoais, obrigações impostas aos controladores e responsáveis pelo tratamento de dados pessoais.²

A Lei é aplicável ao tratamento de dados realizado por pessoas naturais ou por pessoas jurídicas de direito público ou privado, e tem, conforme o art. 1º, **o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.**

Na prática o que muda com a LGPD no Brasil é a forma como empresas, instituições e **órgãos públicos** lidam com dados pessoais de clientes/usuários, afinal, a privacidade de consumidores e cidadãos é o alvo da proteção da nova Lei. A LGPD sofreu forte influência prática da GDPR (General Data Protection Regulation

² TEIXEIRA, Tarcísio Teixeira; AMELIN, Ruth Maria Guerreiro da Fonseca. **Lei geral de proteção de dados pessoais:** comentada artigo por artigo. 2. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.



– EU 2016/679) que regulamenta a proteção de dados pessoais na União Europeia. Trata-se de uma Lei filosófica (art. 5º) e principiológica (art. 6º).³

3. DO ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS (EPD)

O **Encarregado da Proteção de Dados (EPD)** possui papel central na cultura de proteção de dados das organizações, sendo um elemento essencial para a conformidade legal e a promoção da segurança e privacidade dos dados pessoais. Sua atuação efetiva contribui não só para a prevenção de sanções legais, mas também para a construção de uma relação de confiança com clientes e usuários.

Cabe a ele a comunicação entre os titulares dos dados, a autoridade nacional e os funcionários e contratados da entidade. Dos primeiros aceitará reclamações, da segunda receberá comunicações e adotará providências cabíveis. No que toca aos terceiros, orientará quanto às práticas que serão tomadas em relação à proteção dos dados pessoais. Mostra-se, dessa forma, verdadeiro ator de interlocução, demonstrando que a comunicação é elemento de controle cuja relevância exala da norma (art. 41 da LGPD).

Nas palavras de Tarcísio Teixeira e Ruth Maria Guerreiro da Fonseca Amelin (2020, p. 124):

O encarregado, à semelhança do DPO, não está obrigado a garantir o cumprimento da LGPD, pois essa é uma atribuição dos agentes de tratamento de dados (controlador e operador). Não pode, portanto, o DPO, ou na versão brasileira, o encarregado, ser responsabilizado pelo descumprimento da legislação, devendo sua responsabilidade pessoal estar limitada ao bom exercício de sua função, que, dentre outras, inclui fornecer aos agentes todas as informações relativas à proteção de dados.

Cabe lembrar que, com o objetivo de facilitar a interação entre os titulares dos dados, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e terceiros, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 2018) determina que a identidade e informações do Encarregado da Proteção de Dados (EPD) sejam amplamente divulgadas, de maneira clara e objetiva, sendo possível que essa divulgação ocorra no sítio eletrônico ou nos instrumentos contratuais firmados com os titulares e fornecedores/parceiros, sem prejuízo de outras práticas que ampliem esta publicidade.⁴

³ LOPES, Alan Moreira. **Direito digital e lgpd na prática**: advocacia digital na prática. Leme, SP: Rumo Jurídico Editora, 2021, p. 215.

⁴ PIRONTI, Rodrigo (Coord.). **Lei geral de proteção de dados no setor público**. Belo Horizonte: Fórum, 2021, p. 380-381.



3.1. DAS ATIVIDADES CURRICULARES DO ENCARREGDO DA PROTEÇÃO DE DADOS (EPD)

O Encarregado da Proteção de Dados (EPD) concluiu, em 2025, os seguintes cursos, com o fito de fomentar a conscientização sobre a importância da proteção de dados pessoais na Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES:

1. **Curso de Extensão em LGPD, com carga horária de 15 horas** (Faculdade CERS) – 16 de fevereiro de 2025;
2. **Responsabilidade Jurídica no Ambientes Digitais, com carga horária de 30 horas** (Gran Faculdade) – 07 de março de 2025.

3.2. DAS ATIVIDADES DO ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS (EPD)

Encarregado é o nome que o **Direito da Proteção de Dados Pessoais** atribui à figura do *Data Protection Officer – DPO*, sendo essa pessoa, como diz o inciso VIII do art. 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 2018), responsável por atuar na comunicação entre o controlador e os titulares de dados pessoais ou entre o controlador e a ANPD. Esse papel lhe agrega uma série de funções, como veremos a seguir:

| Checklist | | |
|---|--|--|
| Atividades do Encarregado | Base legal | Resultado |
| Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências. | Art. 41, inc. I, da Lei nº 13.709/18 | O Encarregado da Proteção de Dados Pessoais (EPD) não recebeu reclamações e comunicações dos titulares no mês de outubro . |
| Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências. | Art. 41, inc. II, da Lei nº 13.709/18 | O Encarregado da Proteção de Dados Pessoais (EPD) não recebeu comunicação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) no mês de outubro . |
| Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais | Art. 41, inc. III, da Lei nº 13.709/18 | O Encarregado da Proteção de Dados Pessoais (EPD) editou recomendações a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais., publicando-as no Portal da Transparência. ⁵ |
| Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares. | Art. 41, inc. IV, da Lei nº 13.709/18 | O Encarregado da Proteção de Dados Pessoais (EPD) elabora, com base nas leis e regulamentações de proteção de dados, relatórios e orientações no sentido de evitar incidentes e caso eles aconteçam que sejam estancados o quanto antes. Confira: https://cmconceicaodabarra-es.portaltp.com.br/ |

A conformidade com o Direito da Proteção de Dados Pessoais é também delegada ao Encarregado, seu substituto e às equipes que lhe dão suporte. Isso, porém, não retira do agente de

⁵ Disponível em: <https://cmconceicaodabarra-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=380>



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA – ES
Palácio Humberto de Oliveira Serra – Plenário Arthur Mendes de Souza
Encarregado da Proteção de Dados (EPD)

tratamento a responsabilidade principal por assegurar os níveis adequados e legais de proteção de dados pessoais. O agente de tratamento, assim, conserva sua posição de garantidor do *compliance* com tal legislação e pela proteção dos bens jurídicos por ela tutelados, seja como garante de proteção, como garante de vigilância ou garante por assunção.⁶

| RISCOS REFERENTES AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS | | |
|--|---|---|
| Nº | Riscos | Resultado |
| 1 | Acesso não autorizado | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 2 | Modificação não autorizada | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 3 | Perda | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 4 | Roubo | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 5 | Remoção não autorizada | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 6 | Coleta de dados pessoais em quantidade maior do que a necessária para cumprir a finalidade do tratamento | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 7 | Informação insuficiente sobre a finalidade do tratamento | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 8 | Tratamento sem consentimento do titular dos dados pessoais (quando não previsto em lei ou regulação pertinente) | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 9 | Falha em considerar os direitos do titular dos dados pessoais (ex.: perda do direito de acesso) | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 10 | Compartilhar ou distribuir dados pessoais com terceiros sem consentimento do titular | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 11 | Retenção prolongada de dados pessoais sem necessidade | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 12 | Vinculação/associação indevida, direta ou indireta, dos dados pessoais ao titular | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 13 | Falha/erro de processamento (ex.: execução de script incorreto, ausência de validação etc.) | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |
| 14 | Reidentificação de dados pseudoanonimizados | Não foram constatados incidentes ou comunicações relativas a esta ocorrência no mês de outubro. |

⁶ TAMER, Maurício. **Manual de direito da proteção de dados pessoais**. São Paulo: SaraivaJur, 2025, p.275.



Para garantir a conformidade com a LGPD, é essencial que a Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES:

- a) **a governança de dados deve ser estruturada de forma a garantir a transparência e a prestação de contas**, assegurando que os titulares tenham acesso a informações claras e precisas sobre o tratamento de seus dados.
- b) **o compartilhamento de dados pessoais deve ser limitado ao mínimo necessário para o atendimento das finalidades informadas**, sempre respeitando os princípios da LGPD e garantindo a segurança e a privacidade dos dados.
- c) Considerando os princípios e diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), especialmente o disposto no **art. 6º, inciso X, recomenda-se que seja exigida do servidor exonerado uma declaração de sigilo e confidencialidade**. Por meio deste documento, o servidor reconhece seu dever de manter o sigilo sobre dados pessoais ou sensíveis aos quais teve acesso durante o exercício do cargo, mesmo após o desligamento da função pública.⁷ É de bom alvitre lembrar que **a demissão ou exoneração de um servidor deve resultar na revogação de seus acessos aos sistemas de dados da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES, evitando possíveis abusos e garantindo a proteção dos dados públicos**.

4. DO INCIDENTE DE SEGURANÇA

O incidente de segurança na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) refere-se a qualquer ocorrência que comprometa a segurança dos dados pessoais, resultando em acesso não autorizado, perda ou destruição dos dados. Um incidente de segurança pode ocorrer quando dados pessoais são indevidamente acessados, coletados, divulgados ou alterados. A origem pode ser variada, incluindo ataques cibernéticos, falhas na proteção dos sistemas ou erros humanos.

O registro do incidente deverá conter, no mínimo (art. 10 da Resolução CD/ANPD n. 15/2024): I - a data de conhecimento do incidente; II - a descrição geral das circunstâncias em que o incidente ocorreu; III - a natureza e a categoria de dados afetados; IV - o número de titulares afetados; V - a avaliação do risco e os possíveis danos aos titulares; VI - as medidas de correção e mitigação dos efeitos do incidente, quando aplicável; VII - a forma e o conteúdo da comunicação, se o incidente tiver sido comunicado à ANPD e aos titulares; e VIII - os motivos da ausência de comunicação, quando for o caso.

⁷ Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios: X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA – ES
Palácio Humberto de Oliveira Serra – Plenário Arthur Mendes de Souza
Encarregado da Proteção de Dados (EPD)

| | Base legal | Descrição | Consequências dos Incidentes | Procedimento de comunicação do incidente de segurança |
|-------------------------------|-----------------------------|--|---|--|
| Incidente de segurança | Art. 48 da Lei n° 13.709/18 | A comunicação do incidente de segurança é medida indispensável para que a autoridade nacional possa agir de forma célere, de modo a analisar a gravidade como recomendar as medidas que entender cabíveis, dentre elas, a determinação para o controlador divulgar amplamente o fato nos meios de comunicação. | As falhas de segurança que resultam em vazamentos de dados podem levar a consequências legais, incluindo a responsabilização civil do controlador pelos danos causados aos titulares dos dados. | Inexiste registro de incidente de segurança relativo a vazamento de dados na Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES. |

A **Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES** é responsável por garantir a segurança dos dados que manuseia e **deve adotar medidas adequadas para evitar incidentes**. Caso ocorra um incidente de segurança, a Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES deve informar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os titulares dos dados afetados em um prazo de 72 horas após a constatação da ocorrência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção de dados é essencial para a Administração Pública por várias razões fundamentais que envolvem a segurança, a privacidade e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A Lei n° 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) exige que a Administração Pública realize o tratamento de dados de maneira transparente, respeitando o direito dos cidadãos de saber como seus dados são coletados, utilizados e compartilhados. Sendo assim, a Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES deve garantir que os processos de coleta e uso de dados sejam claros e que o acesso à informação pelo cidadão seja facilitado, promovendo o controle social sobre a Administração Pública.

(assinatura digital)

CLEMILDITON ALVES DE OLIVEIRA
Data Protection Officer - DPO
Portaria n° 10/2025